

Os desafios na aprendizagem de estudantes com deficiência na educação infantil: uma revisão de literatura

Glaucia Gomes da Silva Marques
Dlayne Giordana Pereira Soares

Introdução

A inclusão escolar, realizada na Educação Infantil, pode ser considerada como um grande avanço para os pais, docentes e crianças com deficiência; mas, pode ser vista também pela escola como um grande desafio. Isto se justifica, pois, o primeiro contato dos alunos com as necessidades educacionais caracterizadas como especiais são na educação infantil.

Nessa linha diretiva, o presente trabalho surgiu na busca do conhecimento dos desafios da educação inclusiva enfatizando as necessidades que norteiam esse processo de inclusão e, sobretudo, ter clareza do seguinte questionamento: Quais as demandas encontradas nos artigos de 2012 a 2021 da Scielo e da Revista Brasileira de Inclusão que relatam sobre desafios dos estudantes com deficiências na educação infantil?

Buscou-se, portanto, aprofundar-se na literatura para esclarecer os principais desafios na aprendizagem dos estudantes da educação infantil de escolas públicas com metodologias que facilitem e desenvolvam cada vez mais esse processo. Dentre elas, ressaltam-se as ações que promovam à inclusão com métodos que possibilitam beneficiar os estudantes portadores de deficiências, de modo que seja possível anular quaisquer atitudes de exclusão e atuação das políticas públicas.

Aspectos históricos e legais da educação especial no Brasil

Ao analisar o processo histórico da educação inclusiva no Brasil, é notável que decorrentes

situações de exclusão acontecessem. É importante abordar as diferentes concepções da pessoa com deficiência no decorrer da história da humanidade, visto que o indivíduo que apresentava alguma deficiência era visto pela família, escola e sociedade como um ser totalmente incapaz de realizar qualquer atividade, provocando a exclusão. A educação inclusiva no Brasil surgiu para que todos tenham uma educação igualitária, iniciando a partir da metade do século XX, nos dias atuais, ainda é considerado como um processo em andamento.

De acordo com Gregorutti *et al.* (2017), a educação inclusiva no Brasil tem a finalidade de transformar o sistema educacional em espaços inclusivos e de qualidade, ao passo que considere as diferenças e atendam às necessidades educacionais de cada estudante inserido em classes de ensino comum. Essa transformação tem acontecido ao longo dos tempos e tem proporcionado aos estudantes direitos inclusivos, bem como deveres.

Por muito tempo, o preconceito e a discriminação ocasionavam movimentos de exclusão em todos os níveis da sociedade. Com o passar do tempo, ainda que seja notória sua existência, a sociedade vem reconhecendo cada vez mais os benefícios alcançados e conquistados com a escola a qual visa uma educação sem distinção e, por meio disso, reconhecendo que as instituições de ensino possuem um papel fundamental na construção de valores que auxiliam os membros da sociedade em geral.

Segundo Carvalho (2004), ao longo da história da educação brasileira, a inclusão nas escolas regulares de alunos com necessidades especiais decorrentes de uma deficiência ou transtorno de desenvolvimento, é um fenômeno historicamente recente. Com o passar do tempo, essa realidade foi mudando e os alunos com necessidades especiais foram sendo incluídos nas instituições de ensino regular, criando condições para que na prática cotidiana haja mais tolerância com as condições e especificidades de cada um.

A exclusão acontece desde a antiguidade, onde mulheres, estrangeiros, deficientes e demais pessoas consideradas fora do conceito de normalidade imposto pela sociedade eram excluídas. Isso era decorrente devido às práticas e valores da cultura que orientam as ações do homem e que tornavam a escola uma educação seletiva. No combate a história de exclusão e para efetivar a inclusão no contexto educacional, se faz necessário um trabalho de aceitação das práticas pedagógicas para que de fato a inclusão aconteça.

Para Saccol, Vianna e Pavão (2021) quando se trata de crianças com deficiência, torna-se ainda mais grave a situação pela condição de vulnerabilidade que impõe a infância e a condição de deficiência. A negligência familiar ocasiona danos perceptíveis na relação e na interação com o mundo exterior, na saúde e no bem-estar; as quais são prejudicadas pela falta de cuidados físicos, no controle emocional e na motivação para os estudos. As histórias de exclusão muitas vezes partiam das próprias famílias que agiam com indiferença às pessoas portadoras de necessidades especiais, em que para elas, teriam que viver isoladas da vida social e consequentemente da vida educacional.

Nas últimas décadas, a legislação brasileira esteve cada vez mais objetiva ao discorrer sobre os direitos dos estudantes com necessidades educacionais específicas, os quais eram postos à margem da

sociedade e escondidos pelas famílias em que na maioria das vezes não frequentavam escolas. Ao ouvimos falar de inclusão, questiona-se se as escolas já alcançaram as metodologias e práticas na educação, pois, a preocupação da escola é desenvolver práticas pedagógicas que contribuam para a construção de um novo tipo de conhecimento nas práticas trabalhadas (Carneiro, 2012).

A Declaração de Salamanca deixa claro o objetivo da inclusão, quando afirma que:

Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem: •toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; •sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; •aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular... (Conferência Mundial de Educação Especial, 1994, n. p.).

A educação inclusiva é parte integrante da educação básica, visto que as escolas devem reconhecer e responder às diversidades de seus estudantes, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem, então, não basta somente a atuação da legislação - ainda que seja completa, os educadores e as instituições também necessitam estar preparados para um trabalho contínuo na educação inclusiva.

De acordo com Mendes (2002) para a prática do processo de inclusão, é preciso compreender que as mudanças no sistema educacional dependem de diversos fatores que envolvem o meio político, social, econômico e cultural em que a escola se insere. Assim como é preciso compreender as concepções e as propostas pedagógicas que pretendem atender às necessidades dos educandos, no que diz respeito a priorizar mudanças, devem ser inseridas novas práticas para alcançar resultados no processo de ensino e aprendizagem da educação inclusiva.

Desse modo, o Ministério da Educação (MEC) comenta que:

O principal desafio da escola inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança e capaz de educar a todos, sem discriminação, respeitando suas diferenças, seus limites; uma escola que dê conta da diversidade sociais das crianças e ofereça respostas adequadas às suas características e necessidades, solicitando o apoio de instituições e especialistas quando necessário. É uma meta a ser seguida por todos aqueles comprometidos com a educação inclusiva (MEC, 2009, p. 36).

A partir do momento em que o estudante é inserido no ambiente escolar regular, gera a oportunidade de se desenvolver e de levar para os demais, contribuições para o crescimento e desenvolvimento de um todo. É garantido também o direito a uma educação igualitária, oferecendo melhorias nas condições da vida escolar e tornando mais significativa e assim preparar gerações capazes de respeitar e conviver com as diversidades.

De acordo com Mantoan (2003), um novo paradigma do conhecimento está surgindo: aceitar o outro em suas diferenças. Visto que este século é considerado a era da comunicação e da informação cujas fronteiras rompem com um passado que insiste em resistir às mudanças de um novo tempo, a escola não pode ignorar as mudanças que fazem parte da sociedade. Respeitar as diferenças e ter uma aceitação nos diz

respeito às deficiências do outro não nos torna melhores, mas, nos abre uma visão de empatia.

A educação inclusiva é de grande importância dentro da perspectiva de atender a sociedade no processo da busca incessante de inclusão, sobre direitos e deveres e informações ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de plena cidadania. Muitos avanços pela igualdade aconteceram e continuam através de marcos legais nacionais e internacionais os quais fortalecem a Política Nacional da Educação Especial para uma educação inclusiva.

A aprendizagem da criança com deficiência na Educação Infantil

A educação igualitária deve ser oferecida aos estudantes a partir da educação infantil, buscando sempre a organização dos componentes e dos conteúdos curriculares, bem como a coordenação das atividades docentes de modo que favoreça a efetiva participação e integração das crianças na sua aprendizagem, para que assim as crianças com deficiência consiga atingir grande parte dos objetivos dos conteúdos e componentes propostos no currículo regular, alcançando os níveis mais elementares de escolarização (Mantoan, 2015).

Para promover de fato a inclusão dessas crianças na rede escolar, é necessário à disponibilidade de um profissional que tenha uma visão dos desafios a qual deve enfrentar e as necessidades de cada criança na educação infantil. Nesse sentido, ao realizar esta promoção, consequentemente irá auxiliar com ações que não fujam do aspecto pedagógico, visto que, os professores possuem condições de trabalhar essas crianças possibilitando o seu desenvolvimento. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, assegura ao educando com deficiência a assistência de cuidador nas escolas.

No art. 58 passa a vigorar a seguinte redação: § 4º Ao educando com deficiência será assegurada a assistência de cuidador, nos estabelecimentos de ensino públicos ou privados, quando necessário para promover seu atendimento educacional na rede regular de ensino. § 5º A ocupação de cuidador escolar caracteriza-se pelo serviço de auxílio prestado, no âmbito de instituição de ensino, a educandos com deficiência, considerada assim qualquer limitação, ainda que temporária, que os impeça de realizar tarefas básicas da vida diária. § 6º O cuidador escolar deverá ter como formação mínima curso técnico de nível médio em enfermagem ou em cuidados. § 7º O piso salarial dos cuidadores escolares é fixado em setenta por cento do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, para a jornada de quarenta horas semanais (Brasil, 1996, Art. 58).

Evidenciando que para o sucesso da prática inclusiva aconteça, se faz necessário que o docente centralize suas atividades pensando no aprendizado de cada estudante. Pois essa interação possibilita ao docente ter uma melhor compreensão das dificuldades e limitações de cada estudante. Considerando que a política brasileira para educação infantil destaca como uma das prioridades as ações apresentadas pela Política de Educação Infantil, em razão que a infância sempre teve um lugar

secundário nas mais diversas instâncias, dentre elas, a do direito (Camargo *et al.*, 2020).

Na Constituição de 1988, acometia um tom democrático e inclusivamente a qual foi conhecida como a “Constituição Cidadã”. A criança passa a ser colocada como prioridade na educação, a partir desse momento com um olhar mais apurado sobre a educação infantil e deixando de ser voltado somente para o lado da assistência e do discurso higienista, passando a representar como um direito da criança e dever do Estado. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu Artigo 4º, definem a criança como:

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (Brasil, 2009, Art. 4).

A educação infantil a partir dos anos 2000 passou a ser assunto frequente nos debates por todo Brasil. Esta luta constante e importante promoveu o espaço escolar a ser reconhecido como um espaço de socialização e de troca, onde o cuidar e educar são inseparáveis através da interação com seus pares, chegando ao entendimento que assim as crianças deficientes recriam a própria cultura. No que descreve o artigo da Constituição em seu Art. 208 “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV- educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade [...]” (Brasil, 1988).

Em tempos em que os encontros e trocas não eram valorizados e as crianças eram reconhecidas como aqueles que tinham tudo para aprender e nada a ensinar. Com o crescimento da legislação acerca da inclusão a organização das escolas passa a ser repensada para abarcar os referenciais inclusivos, onde cada estudante deverá ter sua especificidade atendida.

A importância desta prática é vital na discussão da inclusão de crianças com necessidades específicas na educação infantil são inúmeras as possibilidades de adaptações, há crianças que conseguem ser mais autônomas e consegue mostrar ao mundo suas capacidades, outras, muitas vezes se veem excluídas das interações sociais e podem se isolar.

Todas as crianças possuem direitos. Atender a toda diversidade da qual fazem parte é toda via obrigatório, pois, é visando à integração das crianças portadoras de necessidades especiais ao sistema de ensino, que incluir não consiste apenas em matricular alunos com necessidades especiais nas instituições, ignorando suas peculiaridades. O estudante precisa de suporte necessário, ação pedagógica bem como o apoio efetivo para uma aprendizagem de sucesso (Camargo *et al.*, 2020).

Oferecer melhorias nas condições da escola significa preparar gerações para viver a vida em plenitude e livre de preconceitos. A inserção desses estudantes na escola passa a requerer prática e incluí-lo no processo educativo. Para isso, é importante um trabalho para conscientizar toda sociedade priorizando a escola na percepção de que os alunos devem respeitar as diferenças em geral, sobretudo, para a construção de uma sociedade inclusiva é necessário que todos os cidadãos tenham preocupação

e cuidado com a linguagem ao lidar com pessoas com deficiências (Rubinsztein, 2018).

Neste pressuposto, é necessária maior competência profissional na educação de qualidade, tornando essencial a organização e o estabelecimento de adaptações que possam contribuir de forma simples e prática para compreender os tipos de necessidades especiais. Ainda existem preocupações presentes nos sistemas de ensino, uma vez que a inclusão requer muito mais do que a inserção do educando no ambiente escolar, tendo em vista a garantia do acesso e permanência de todos os alunos em escolas de educação regular.

Práticas Pedagógicas Inclusivas (PPI)

Toda a estrutura e funcionamento da escola regular em toda a sua trajetória histórica é confortável, ao considerar a semelhança do que com a diferença entre os estudantes, em sua trajetória o número de alunos categorizados como deficientes foi ampliado enormemente ao longo dos anos. Ao analisar as dificuldades enfrentadas e os desafios produzidos no trabalho pedagógico desenvolvido com estudantes com deficiências se observa a promoção e o desenvolvimento de todos os estudantes.

Neste sentido, Rubinsztein (2018, p. 11) cita que:

Os estudos mostram que o processo da inclusão vem sofrendo transformações ao longo das últimas décadas. Anteriormente ao movimento de inclusão, algumas crianças com necessidades específicas, quando conseguiam ser inseridas no espaço da escola, muitas vezes se viam excluídas tanto dos processos educacionais quanto sociais, pois não havia propostas e espaços adaptados para elas.

As dificuldades de aprendizagem na escola se apresentam como um contínuo desde situações leves e transitórias que podem se resolver espontaneamente no curso do trabalho pedagógico. Ou, se apresentam também em situações mais difíceis e persistentes que requerem o uso de recursos especiais para a solução com o uso de respostas educacionais adequadas graduais e progressivas, abrangendo todos de modo geral e demonstrando o aproveitamento escolar.

Conforme Silva e Galuch (2009), muitos estudos realizados na área da Educação Especial defendem a importância de um ambiente escolar acolhedor e, sobretudo a relevância de uma sala de aula onde os alunos com Necessidades Educacionais Especiais interajam significativamente com os demais estudantes. Esse contato direto com a diversidade promove o desenvolvimento de todos os alunos envolvidos, e, conseqüentemente, grande ganho no processo de ensino aprendizagem.

Almeida (2014) comenta que o aparecimento de novos vocabulários não contribui para o desenvolvimento entre casos de deficiência, não contribuem também para aqueles que apresentam dificuldades na aprendizagem que muitas vezes surgem as práticas escolares. As adaptações das práticas pedagógicas trazem possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos estudantes que é a produção de conhecimento.

As adaptações de medidas são realizadas pelo professor e se destinam principalmente à programação das atividades da sala de aula direcionadas a organização e os procedimentos didático-pedagógicos bem como a organização temporal dos componentes e dos conteúdos curriculares além da coordenação das atividades docentes, de modo que favoreça a efetiva participação e integração da criança bem como a sua aprendizagem. Desenvolver recursos e as técnicas para fornecer informações e dirigir o currículo de uma maneira que os alunos tenham não somente as habilidades e oportunidades, mas também a motivação e o foco.

Para que as crianças com deficiência possam participar integralmente em um ambiente rico de oportunidades educacionais com resultados favoráveis, alguns aspectos precisam ser considerados, destacando-se entre eles: a preparação e a dedicação da equipe educacional, o apoio adequado e recursos especializados se assim for necessário, as adaptações curriculares e de acesso ao currículo. Propiciar condições estruturais para que possam acontecer no nível da sala de aula e no nível individual, caso seja necessária uma programação específica para o estudante (Ramos, 2019).

A escola ao realizar a avaliação identifica as deficiências e providencia o apoio correspondente para o professor e estudante com procedimentos didáticos pedagógicos destacam como fazer a organização temporal dos componentes e dos conteúdos curriculares. E assim a coordenação das atividades docentes de modo que favoreça a efetiva participação e integração da criança, bem como a sua total aprendizagem. São definidas como alterações realizadas nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologias para atender às diferenças individuais das crianças, sobretudo adotar métodos que a escola de modo geral possa alcançar a gestão democrática e fazer acontecer em sua plenitude.

Metodologia

Esta pesquisa trata-se de uma revisão integrativa de literatura com abordagem qualitativa uma vez que, de acordo com Minayo (2011), a metodologia qualitativa é mais adequada para que se obtenham respostas de questões particulares e, possui ainda, caráter descritivo.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica, foram selecionados artigos nas bases/banco de dados da SciELO e Periódicos entre os anos de 2012 a 2021, que dispusessem da temática e/ou de temas relacionados ao problema proposto. Para isso, foram utilizados descritores como: “dificuldades de aprendizagem”, “desafio”, “educação infantil”, “aprendizagem e deficiência”.

Resultados e Discussão

Nesta seção, considera-se sinalização Autor/Título/Ano, além do preenchimento de Itens Perfil/Tipo/Discussões, conforme os procedimentos de análise e avaliação. Portanto, apresentaremos, no Quadro 3, a seguir, as análises correspondentes a cada artigo aqui mencionado.

Quadro 1. Análise dos artigos encontrados

1	SANTOS. Teresa Cristina Coelho dos, MARTINS. Lúcia de Araújo Ramos. Práticas de Professores Frente ao Aluno com Deficiência Intelectual em Classe Regular. 2015
Esta pesquisa é de cunho qualitativo, exploratório. Objetivou objetivo investigar práticas pedagógicas de professores em uma escola pública municipal de Natal/RN, frente a alunos com Deficiência Intelectual (DI), matriculados em anos iniciais do Ensino Fundamental.	
Discussão: Diante desta realidade, necessário se faz, entre outros aspectos: investimento na formação dos professores e de todos os que fazem a comunidade escolar, numa perspectiva inclusiva; utilização de procedimentos e de adequações curriculares em sala de aula, de maneira mais compatível com as necessidades dos educandos; um trabalho em parceria com docentes de Salas de Recursos Funcionais e com as famílias.	
Conclusão: Diante da realidade investigada, verificamos que muitas das dificuldades situadas pelos docentes e observadas no cotidiano escolar têm origem nas lacunas presentes na sua formação. Embora não existam receitas a serem seguidas, tal formação, se bem desenvolvida, contribuirá para uma mudança das práticas referentes ao ensino, no contexto da escola. Portanto, consideramos necessário que esse aperfeiçoamento profissional dê ênfase à dimensão subjetiva (humana), como forma de motivá-lo	
Sugestão: Sugere-se que busquemos refletir sobre os principais aspectos colocados durante o processo de pesquisa referente à prática pedagógica, a partir de constatações no ambiente escolar, do qual levantamos algumas preocupações: as concepções dos professores sobre a DI e as possibilidades de aprendizagem para alunos com essa deficiência variam de um sujeito para outro.	
2	GREGORUTTI. Carolina Cangemi, ZAFANI. Mariana Dutra, OMOTE. Sadao, BALEOTTI. Luciana Ramos . A Tarefa de Casa na Inclusão Escolar: Alunos com Deficiência Física. 2017
Esta pesquisa é do tipo qualitativa, descritiva, pesquisa de campo, Pesquisa do tipo qualitativa, pesquisa quantitativa. Objetivou este estudo identificar e analisar como as tarefas de casa estão sendo propostas para os alunos com deficiência física inseridos no ensino regular, a partir da percepção de professoras e cuidadoras familiares.	
Discussão: Serão apresentados nas categorias delineadas os dados coletados com as professoras e aqueles coletados com as cuidadoras familiares, com relação aos mesmos temas contidos no roteiro de entrevista semiestruturado.	
Conclusão: Por meio da análise dos dados coletados com os participantes tanto no contexto escolar quanto familiar, identificou-se a necessidade de buscar no recurso pedagógico tarefa de casa um possível suporte para efetivar a comunicação entre família e escola. Os dados apresentados sugerem a necessidade de orientação por parte da escola quando relacionada às características do aluno com deficiência para elaboração das atividades e conteúdo em sala de aula. A ferramenta pedagógica escolhida pelos pesquisadores para investigação, por sua vez, revelou-se um possível instrumento para que a família consiga acompanhar o cotidiano escolar de suas crianças, em vez de focalizar apenas na discussão com relação às atividades e o conteúdo delas.	
Sugestão: O uso da tarefa de casa poderá trazer grandes contribuições para a classe comum e o processo inclusivo da criança com deficiência física se tanto o contexto escolar quanto o contexto familiar receberem orientações para desempenharem com satisfação as atribuições destinadas a	

eles. A preocupação com esta temática, se trabalhada com abordagens próprias do contexto escolar, poderá auxiliar as equipes dos profissionais que dão suporte e visam garantir a permanência destas crianças no ensino regular e desta maneira, devem necessariamente levar em consideração todo o entorno da criança com deficiência.	
3	CAMARGO, Sígla Pimentel Höher. SILVA, Gabrielle Lenz Da. CRESPO, Renata Oliveira. OLIVEIRA, Calleb Rangel De. MAGALHÃES, Suelen Lessa: Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. (2020) Pesquisa do tipo qualitativa, pesquisa quantitativa. Objetivou A pesquisa é do tipo qualitativa, descritiva, pesquisa de. Esta pesquisa objetivou investigar, em caráter exploratório, as principais dificuldades, os desafios e as barreiras enfrentadas por professores de alunos com diagnóstico médico prévio de TEA em situação de inclusão na escola comum. Especificamente, buscou-se identificar os principais desafios encontrados pelos professores no processo educativo de estudantes com autismo em situação de inclusão, no que diz respeito ao atendimento das necessidades educacionais especiais desses alunos, e a promoção de habilidades acadêmicas, sociais, comportamentais e de comunicação Discussão: Os dados obtidos foram organizados em três grandes categorias e suas respectivas subcategorias para auxiliar na compreensão e análise. Essas categorias, apresentadas na sequência, foram definidas e organizadas a partir das falas das professoras de acordo com as dificuldades encontradas, as estratégias adotadas para lidar com estas dificuldades e outros aspectos relevantes, tais como a formação e o preparo para ensinar crianças com TEA e os subsídios que julgam necessários para essa tarefa. Conclusão: No decorrer da última década, é notório o investimento das políticas públicas no sentido de proporcionar o avanço das práticas inclusivas através de materiais e capacitações diversos para educadores e profissionais envolvidos no processo de inclusão de alunos com deficiências no ensino comum. No entanto, em relação à inclusão de alunos com TEA, nota-se, nos relatos das professoras entrevistadas, a percepção de que se tratam de eventos bastante gerais e inespecíficos em relação às problemáticas diariamente enfrentadas por elas no processo de escolarização dessas crianças. Sugestão: Sugere - se que nesse aspecto, espera-se que seja possível fornecer subsídios para futuros programas de capacitação e instrumentalização de educadores e propor adequações e pesquisas que visem ao aprimoramento das práticas pedagógicas utilizadas com essas crianças
4	GLAT. Rosana, ESTEF Suzanli. Experiências e Vivências de Escolarização de Alunos com Deficiência Intelectual. (2020) A pesquisa é do tipo qualitativa descritiva, pesquisa de. Esta pesquisa objetivou analisar estudantes com deficiência intelectual, tendo como foco suas vivências escolares que garantam seu desenvolvimento, participação, aprendizagem e inclusão social. Discussão: A análise das suas falas, sobretudo dos que frequentaram o ensino comum, aponta, com poucas exceções, um percurso de dificuldades e fracasso escolar, levando, em alguns casos, ao retorno à instituição especializada. A realidade retratada faz questionar a coerência entre as políticas e as propostas educacionais e a sua materialização no espaço e no cotidiano escolar. Conclusão: A concepção do processo de ensino e aprendizado, a composição curricular e as práticas pedagógicas predominantes, assim como as representações sociais docentes sobre esse público, ainda são impregnadas pela cultura meritocrática e classificatória, incompatível com uma educação para diversidade. Ressalta-se que a escuta e o feedback desses estudantes, alvos das

	políticas e dos programas, deve ser o ponto de partida para o desenvolvimento de procedimentos e de estratégias pedagógicas que estejam, de fato, em consonância com a perspectiva de inclusão escolar. Sugestão: É necessário que as instituições sejam flexíveis e que tenham um olhar direcionado para os estudantes com deficiências, pois é inquestionável que estudantes com deficiência intelectual dificilmente terão condições de acompanhar a dinâmica do ensino comum sem flexibilizações pedagógicas que atendam diretamente às suas necessidades educacionais especiais.
5	SACCOL Lilian Roberta Ilha, VIANNA Clecimara, PAVÃO Silvia Maria de Oliveira: Negligência Familiar: Implicações na Aprendizagem Escolar de Estudantes com Deficiência Visual. (2021)
	Esta pesquisa é do tipo qualitativa, descritiva e exploratória. O objetivo do estudo é alcançar na medida em que o estudo de caso, delineamento adotado, vai sendo desenvolvido. A produção de dados conta com duas fontes de evidência: sete atas de ocorrências escolares referentes as duas estudantes com deficiência visual, que são irmãs, e entrevista focalizada de seus professores de classe e da educadora especial. Assim, apresentam-se as considerações relacionadas à produção de dados do estudo e as contribuições.
	Discussão: O delineamento adotado foi o estudo de caso. Foram empregados, na pesquisa, como instrumentos de produção de dados, quando se trata de crianças com deficiência, torna-se ainda mais grave a situação, pela condição de vulnerabilidade que impõe a infância e a condição de deficiência. A negligência familiar causa danos perceptíveis na relação e na interação com o mundo exterior, na saúde e no bem-estar, prejudicadas pela falta de cuidados físicos, no controle emocional e na motivação para os estudos. Conclusão: Aprofundar os estudos sobre a temática em outros contextos poderá trazer novas contribuições e estudo convida a acreditar que, voltando à escola, as meninas estarão agora com suas necessidades físicas atendidas e com a expressão de quem acredita em si e sabem que, ao final do turno, voltarão para a família que as aceitou e acolheu. Sugestão: Deve-se, no entanto, perceber que é preciso considerar que a pesquisa aborda as condições em que estudantes com DV convivem sob a égide da negligência familiar, no contexto escolar. Aprofundar os estudos sobre a temática em outros contextos poderá trazer novas contribuições
6	Christofari. Ana Carolina, Baptista. Claudio Roberto. Avaliação da aprendizagem: práticas e alternativas para a inclusão escolar (2012)
	Esta pesquisa é de cunho qualitativo, exploratório descritivo. Objetivou a análise da avaliação da aprendizagem, considerando esta avaliação como um processo com foco na relação pedagógica, também com o objetivo de construir estratégias de ensino considerando as singularidades dos alunos. O objetivo da presentes reflexões é discutir a avaliação como momento de sistematização, como produção de texto, como oportunidade de criação de novas estratégias de interação e de formulações discursivas, como um dispositivo que comporta contemporaneamente as dimensões de classificar e de criar fissuras. Discussão: discute-se as implicações que emergem como nexos entre um questionamento relativo à avaliação e a meta de escolarização de todas as crianças no ensino comum, inclusive aquelas com deficiência e discute a avaliação da aprendizagem como um processo que deve envolver o grupo-classe, sem diferenciações na lógica avaliativa, ainda que se possa recorrer a procedimentos que indicam certa variabilidade. Conclusão: Para conseguirmos identificar essas singularidades produtivas, devemos ultrapassar as fronteiras epistemológicas que sustentam nosso pensamento sobre ensinar, aprender, mediar. Enfim, trata-se de uma mudança na concepção de escola e sujeito. Nesta perspectiva, o erro deixa de existir tornando-se hipótese que, se ressignificada, pode ser compreendida como aprendizagem.

Sugestão: Sugere-se, portanto, não é pensar em uma avaliação que seja específica para alunos com deficiência, mas problematizar de que maneira, por meio de quais práticas podemos possibilitar um entendimento outro, construir estratégias de ação pedagógica pautadas na perspectiva da inclusão escolar.	
7	Carneiro. Maria Sylvia Cardoso. Reflexões sobre a avaliação da aprendizagem de alunos da modalidade Educação Especial na Educação Básica (2012) Esta pesquisa é do tipo qualitativa e descritiva. Objetivou o atendimento educacional especializado focado no aluno, seu diagnóstico e suas necessidades, que deverá ser pautado nos processos de ensino/aprendizagem, seja complementado/suplementado o trabalho pedagógico de sala de aula, seja auxiliado ao professor regente a buscar alternativas para os impasses que se apresentam no cotidiano escolar. Discussão: Discute – se a questão que tem gerado controvérsias e nos remete a uma das estratégias que as escolas em geral têm utilizado para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas na presença de alunos com NEE: A contratação de um profissional que auxilie o professor no cotidiano escolar. Na prática esse profissional é quem se encarrega do aluno com NEE, ou seja, esse profissional acaba sendo identificado como o professor ou auxiliar do aluno com NEE. Conclusão: Conclui – se que ensinar é a tarefa central do professor, ensinar a todos os alunos, sem discriminação. Ensinar a partir de um plano de ensino que considere a presença de todos os alunos, com suas especificidades. Em um plano de ensino, espera-se que estejam contemplados, pelo menos: os objetivos a serem alcançados; os conteúdos a serem trabalhados; a metodologia a ser utilizada, incluindo aqui as estratégias de ensino e a proposta de avaliação. Sugestão: Sem desconsiderar a importância de tais aspectos no processo de inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, é importante considerar que o processo de escolarização de tais sujeitos não pode se limitar à eliminação de barreiras, sejam elas físicas, comunicacionais, informacionais ou mesmo atitudinais.
8	BRIANT. Maria Emília Pires, OLIVER. Fátima Corrêa: Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações (2012) Pesquisa do tipo descritivo, a partir de elementos da pesquisa qualitativa e pesquisa de campo. O objetivo deste estudo conhecer, do ponto de vista do professor do ensino fundamental da rede pública municipal, as estratégias pedagógicas que utilizavam para a inclusão de crianças com deficiência na classe comum. Discussão: Discute – se os sentidos e imaginários do professor sobre a deficiência, formação do professor para efetivação do processo de inclusão, bem como a utilização de estratégias pedagógicas diferenciadas e formação de rede de apoio na escola. Discutir a necessidade de formação do professor para realizar esse trabalho é sem dúvida importante, porém, não podemos deixar de olhar a formação geral do professor, que deve estar preparado para uma educação para a diversidade em sentido amplo, para uma sociedade multicultural, capaz de ouvir, prestar atenção ao diferente e respeitá-lo Conclusão: Essa análise inicial levantou alguns temas, que consideramos fundamentais para compreender como e porque os professores criavam ou utilizavam estratégias pedagógicas com seus alunos. Esses temas auxiliam a compreensão do cotidiano de trabalho docente e de sua perspectiva sobre as possibilidades de desenvolvimento da participação dos alunos com necessidades especiais na escola, contexto concreto para o desenvolvimento das estratégias pedagógicas. Sugestão: A criação de um ambiente educativo rico também está relacionada ao espaço que é destinado à formação continuada dos professores no sentido de apoiar seu trabalho cotidiano em sala de aula. É preciso investir no processo de formação inicial e continuada do professor, pois isto influencia seu cotidiano em sala de aula. Dessa forma, o professor passará a se sentir mais seguro e

com maiores possibilidades de realizar um trabalho com qualidade diante de uma sala de aula heterogênea.	
9	Macêdo. Cláudia Roberto Soares de, Nunes. Débora Regina de Paula. Aprendizagem mediada na escolarização de educandos com autismo. (2016). A pesquisa é do tipo qualitativa, descritiva, pesquisa de campo. O objetivo deste estudo foi avaliar os efeitos de uma prática interventiva denominada Experiência de Aprendizagem Mediada (EAM), implementada por uma professora, no desempenho acadêmico e social de um aluno com TEA matriculado em uma turma de 4º ano do Ensino Fundamental. Discussão: Os desafios encontrados no processo de escolarização de educando com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), no contexto da escola regular e a identificação de práticas pedagógicas eficazes. Conclusão: Conclui – se que, vale discutir se o contexto de aplicação da escala foi adequado. De acordo com as orientações de Carol Lidz, a autora do instrumento, a escala EAM para professores foi delineada para ser aplicada com educandos com desenvolvimento típico, sendo avaliado o comportamento mediador do professor com o grupo de alunos. Sugestão: Nesse sentido, seria relevante avaliar se o nível de mediação da professora com o grupo, como um todo, sofreu mudanças. Afinal, o aluno estava em uma sala regular, sendo escolarizado com os demais alunos
10	Barbosa. Shara da Silva, Yaegash. Solange Franci Raimundo. Educação e inclusão de pessoas com altas habilidades/superdotação: estado do conhecimento em teses e dissertações (2015-2019) (2021) Esta pesquisa é do tipo qualitativa, descritiva, exploratória e bibliográfica. Objetivou analisar o estado do conhecimento sobre a educação e inclusão de alunos identificados com altas habilidades/superdotação (AH/SD) em escolas regulares, a partir de teses e dissertações produzidas no Brasil entre os anos de 2015 a 2019. Discussão: O que se tem produzido nas pesquisas stricto sensu brasileiras sobre educação e inclusão de pessoas com altas habilidades/superdotação. Conclusão: Conclui – se que os resultados revelaram que na maioria dos estudos revisados os docentes e a equipe escolar não possuem qualificações para atender esses discentes, além disso, as escolas não apresentam infraestrutura que possibilita uma rede de apoio sistematizada. Ademais, compreendemos que é fundamental que mais pesquisas e estudos sejam direcionados a esses indivíduos. Sugestão: Sugere – se que é importante que ocorram mais pesquisas atinentes a esse público-alvo, a fim de possibilitarmos a esses discentes uma educação de qualidade e a garantia de igualdade como é recorrentemente abordado nas políticas públicas.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

As reflexões das pesquisas, mesmo que tenha recebido nos últimos anos maior visibilidade por parte de pesquisadores no Brasil, de modo geral, a realidade escolar caracteriza-se ainda por uma falta generalizada de mais atenção às necessidades dos alunos com deficiência. As formações acadêmicas dos professores precisariam considerar essa possibilidade de inserir conteúdos direcionados a essa habilidade nos currículos acadêmicos.

Considerações finais

Os resultados atenderam de forma positiva no que se refere aos objetivos desta pesquisa,

uma vez que foi possível observar que foram apontadas reflexões acerca da atuação do educador e do educando, como entender e se desenvolver. Entende-se que os estudantes com deficiência têm necessidade e direito de se sentir acolhido na sala de aula regular, assim como os demais, bem como a disponibilização de meios acessíveis para o ganho e crescimento de seu aprendizado. Os docentes buscam nas suas formações continuadas, suportes teóricos e metodológicos para desenvolver com qualidade o ensino de estudantes com deficiência, buscando sempre inovar em atividades que procuram alcançar o ganho de aprendizado a todos.

O aprendizado para estudantes com deficiência está sempre em processo de desenvolvimento e crescimento no que diz respeito às metodologias de ensino. No entanto, cabe aos educadores o empenho em desenvolver técnicas educativas para que esse cenário de desigualdade e inclusão continue em pleno desenvolvimento, oferecendo suportes e condições para que os estudantes com deficiência continue progredindo e buscando sua independência, assim, aprendendo lidar e conviver com suas limitações sem perder o acesso a qualidade qualquer tipo de aprendizagem a que lhe é proposta.

Com a verificação das pesquisas, observa-se que muito tem sido feito e desenvolvido no que diz respeito aos estudantes com deficiências, um grande salto aconteceu ao longo dos anos. A igualdade de direitos foi trazida a flor de forma que os indivíduos tivessem conhecimentos que a igualdade é para todos independente de qualquer deficiência acometida a qualquer pessoa. Os dados provam a importância de conhecer ações que mobilizam as instituições de ensino no ponto de vista das formações continuadas para os docentes, buscando através das mesmas, mais conhecimentos para adequar suas metodologias na busca do aprendizado para os estudantes com deficiências, quebrando barreiras e garantindo um aumento progressivo no aprendizado dos estudantes com deficiência.

Referências

ALMEIDA, Elane Pereira de. **A educação inclusiva: possibilidades para sua construção na escola**. 52f. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2014.

AMORIM, Amélia Valadares de. **Os desafios da educação inclusiva na educação infantil**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/123176510-Os-desafios-da-educacao-inclusiva-na-educacao-infantil.html>. Acesso em: 28 jun. 2021.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ARAÚJO, Carla Ravena Soares. **Os desafios da inclusão do portador de necessidades especiais auditivas em escolas do ensino regular no Brasil: uma revisão da literatura**. 37f. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Tecnólogo em Gestão Pública. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira. 2013.

BARBOSA, Shara da Silva; YAEHASHI, Solange Franci Raimundo. Educação e inclusão de pessoas com altas habilidades/superdotação: estado do conhecimento em teses e dissertações. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, v. 8, n. 1, p. 1-18, 2021.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2007.

BRASIL. Lei nº13.146 de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília. 2015.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. 1996.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. 1988.

BRIANT, Maria Emília Pires; OLIVER, Fátima Corrêa. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 1, p. 141-154, 2012.

CAMARGO, Sígilia Pimentel Höher *et al.* Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em revista**, v. 36, n. 1, p. 1-22. 2020.

CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso. Reflexão sobre a avaliação da aprendizagem de alunos da modalidade Educação Especial na Educação Básica. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 44, p. 513-530, 2012.

CHRISTOFAN, Ana Carolina; BAPTISTA, Claudio Roberto. Avaliação da aprendizagem: práticas e alternativas para a inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v. 25, n. 44, p. 383-398. 2012.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Declaração de Salamanca**. 1995.

DUTRA, ADRIANA BASTOS DE OLIVEIRA. **A inclusão de crianças especiais na Educação Infantil**. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal da Paraíba. Conde. 2014.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia Científica**: noções básicas em pesquisa científica. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Avila. **Inclusão Escolar: O desafio de uma educação para todos?** 50f. Trabalho de Conclusão de Curso. Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul. Ijuí. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GLAT, Rosana; ESTEF, Suzanli. Experiências e Vivências de Escolarização de Alunos com Deficiência Intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, n. 1, p. 157-170, 2021.

GREGORUTTI, Carolina Cangemi et al. A Tarefa de Casa na Inclusão Escolar: Alunos com Deficiência Física. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v.23, n.2, p.233-244. 2017.

KOSCHECK, Arcelita. **Educação Especial e Inclusiva na Educação Infantil - um olhar especial**. 2019.

MACÊDO, Cláudia Roberto Soares de; NUNES, Débora Regina de Paula. Aprendizagem mediada na escolarização de educandos com autismo. **Revista Educação Em Questão**, v. 54, n. 42, p. 135-160. 2016.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologias do Trabalho Científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas. 2018.

MOITINHO, Edna Cristina dos Santos. **Desafios da inclusão na Educação Infantil do Jardim de Infância 03 do Gama**. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso. Pós-graduação em desenvolvimento humano, educação e inclusão. Universidade de Brasília. Brasília. 2011.

NASCIMENTO, Cleiciane Samara Rosa dos Santos. **Os desafios da inclusão de crianças com necessidades especiais: análise na escola Paraná Miri, Zona Rural, Itaituba – PA**. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação. Licenciatura em Pedagogia. Faculdade de Itaituba. Itaituba. 2016.

RAMOS, Sarah Pinto. **Educação inclusiva: Desafios e Possibilidades na Prática Docente**. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Amazonas. Humaitá. 2019.

RUBINSZTEJN, Carla. **Desafios e Possibilidades da Inclusão na Educação Infantil**. 34f. Trabalho de Conclusão de Curso. Pós-graduação em Educação Infantil e Perspectivas. Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro. 2018.

SACCOL, Lilia Roberta Ilha; VIANNA, Cleicimar; PAVÃO, Silvia Maria de Oliveira. Negligência familiar: implicações na aprendizagem escolar de estudantes com deficiência visual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, n. 1, p. 183-196, 2021.

SILVA, Gabriela Cristina da. **A inclusão escolar e seus desafios: relato de uma experiência significativa**. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação. Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2017.

SOARES, Darlivan Eduardo Pereira Soares. **O Ensino de Música Aplicado às Pessoas com Deficiência Visual: uma Revisão Sistemática oriunda da ANPPOM (2010 – 2019)**.

SOUSA, Marinalva Coelho de; FONSECA, Kátia Almeida. Educação Inclusiva e a Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado – AEE. *In: Rumos da Educação*. 2. ed. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2019.

Deficiência Intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, n. 1, p. 157-170, 2021.

GREGORUTTI, Carolina Cangemi et al. A Tarefa de Casa na Inclusão Escolar: Alunos com Deficiência Física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 2, p. 233-244, 2017.

KOSCHECK, Arcelita. **Educação Especial e Inclusiva na Educação Infantil - um olhar especial**. 2019.

MACÊDO, Cláudia Roberto Soares de; NUNES, Débora Regina de Paula. Aprendizagem mediada na escolarização de educandos com autismo. **Revista Educação Em Questão**, v. 54, n. 42, p. 135-160, 2016.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologias do Trabalho Científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas. 2018.

MOITINHO, Edna Cristina dos Santos. **Desafios da inclusão na Educação Infantil do Jardim de Infância 03 do Gama**. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso. Pós-graduação em desenvolvimento humano, educação e inclusão. Universidade de Brasília. Brasília. 2011.

NASCIMENTO, Cleiciane Samara Rosa dos Santos. **Os desafios da inclusão de crianças com necessidades especiais: análise na escola Paraná Miri, Zona Rural, Itaituba – PA**. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação. Licenciatura em Pedagogia. Faculdade de Itaituba. Itaituba. 2016.

RAMOS, Sarah Pinto. **Educação inclusiva: Desafios e Possibilidades na Prática Docente**. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Amazonas. Humaitá. 2019.

RUBINSZTEJN, Carla. **Desafios e Possibilidades da Inclusão na Educação Infantil**. 34f. Trabalho de Conclusão de Curso. Pós-graduação em Educação Infantil e Perspectivas. Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro. 2018.

SACCOL, Lilia Roberta Ilha; VIANNA, Cleicimar; PAVÃO, Silvia Maria de Oliveira. Negligência familiar: implicações na aprendizagem escolar de estudantes com deficiência visual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, n. 1, p. 183-196, 2021.

SILVA, Gabriela Cristina da. **A inclusão escolar e seus desafios: relato de uma experiência significativa**. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação. Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2017.

SOARES, Darlivan Eduardo Pereira Soares. **O Ensino de Música Aplicado às Pessoas com Deficiência Visual: uma Revisão Sistemática oriunda da ANPPOM (2010 – 2019)**.

SOUSA, Marinalva Coelho de; FONSECA, Kátia Almeida. Educação Inclusiva e a Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado – AEE. *In: Rumos da Educação*. 2. ed. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2019.